

Marcelo Freixo com Bruno Paes Manso

"Nestas páginas, Freixo narra momentos de inflexão da história de violência do Rio de Janeiro numa perspectiva única: a de quem os viveu e ao mesmo tempo consegue analisá-los com extraordinária lucidez." – **Wagner Moura**

VIVER É PERIGOSO

MINHA
TRAVESSIA
NO RIO

**Marcelo
Freixo** com Bruno
Paes Manso

VIVER É MINHA
TRAVESSIA
NO RIO
PERIGOSO



 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Marcelo Freixo e Bruno Paes Manso, 2026

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026

Todos os direitos reservados.

Checação de informações: Patrícia Batista Figueiredo

Transcrição de áudio: Suzana Caldas

Preparação de texto: Caroline Silva

Revisão: Ligia Alves e Bonie Santos

Diagramação: Negrito Produção Editorial

Capa: Fabio Oliveira

Imagem de capa: David Wall / Alamy / Fotoarena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Freixo, Marcelo

Viver é perigoso : minha travessia no Rio / Marcelo Freixo, Bruno Paes Manso. –
São Paulo : Planeta do Brasil, 2026.

272 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-3961-4

1. Política e governo – Rio de Janeiro (RJ) 2. Segurança pública – Rio de Janeiro
(RJ) 3. Políticos – Biografia 4. Freixo, Marcelo, 1967- – Biografia I. Título
II. Manso, Bruno Paes

25-4981

CDD 364.1523

Índice para catálogo sistemático:

1. Política e governo – Rio de Janeiro (RJ)

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo
e outras fontes controladas

2026

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista

São Paulo – SP – CEP 01310-913

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

**Acreditamos
nos livros**

Este livro foi composto em Adobe Garamond
Pro e impresso pela Lis Gráfica para a Editora
Planeta do Brasil em março de 2026.

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

SUMÁRIO

1. Pedra no caminho	11
2. Pontes na cidade partida	32
3. O político	49
4. CPI das Milícias.....	60
5. O mediador.....	90
6. O jogador	112
7. O aprendiz.....	127
8. O professor	143
9. O ativista.....	164
10. O candidato.....	177
11. Os votos.....	198
12. Marielle	217
13. O futuro	243
<i>Notas</i>	251

PEDRA NO CAMINHO

“Boa noite, senhor Ronnie Lessa, o senhor consegue me ver?”

Quando ouvi a voz da juíza Lucia Glioche ao microfone, olhei imediatamente para o telão na parede lateral do 4º Tribunal do Júri. “Eu só vejo do pescoço para baixo”, respondeu Lessa. A magistrada arrumou a câmera que a filmava para que o depoente pudesse enxergá-la.

O réu falava de uma sala na Penitenciária de Tremembé, em São Paulo, onde estava preso à espera de uma sentença. Uma quarta-feira nublada e chuvosa na região central do Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2024 foi o primeiro dia do julgamento de Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, acusados pela execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. O crime ocorreu em 14 de março de 2018. Foram nada menos do que seis anos, sete meses e dezesseis dias de espera.

Eu estava emocionalmente esgotado depois de um dia longo ouvindo depoimentos e testemunhos. Assistia ao julgamento sentado em uma das cadeiras reservadas ao público, separado dos promotores, advogados e juízes por uma parede de vidro. A confissão de Ronnie Lessa era o momento pelo qual todos esperavam. As perguntas que vinham assombrando a cabeça de milhões de brasileiros finalmente seriam respondidas perante o sistema de Justiça: quem mandou matar Marielle e Anderson? E por quê?

Na imagem ampliada no telão, Lessa vestia um moletom branco com o nome da penitenciária e usava óculos de armação preta, talvez para suavizar sua imagem de matador frio e especializado. A acusação

iniciou pedindo que ele relatasse o contexto em que fora procurado para praticar o crime. Quando começou a descrever a primeira conversa, depois de um contato feito por Edmilson Macalé – um miliciano que eu havia investigado ao presidir a CPI das Milícias, em 2008 –, senti um profundo mal-estar, que iria me acompanhar em mais de duas horas de testemunho.

“O assunto [a encomenda do assassinato] começou no finalzinho de 2016 pra 2017. Surgiu como uma oferta com a seguinte palavra: ‘Nós temos uma coisa pra ficar milionário’”, disse o acusado para o promotor. O problema, segundo ele, era a pessoa que eles teriam que matar: “O doutor Marcelo Freixo”.¹

“Essa proposta não tem como. [...] Achei que fosse uma loucura aquilo ali...”

“Qual era a dificuldade em executar essa pessoa?”, perguntou o promotor.

“Era um político e eu achei inviável. [...] Achei que fosse uma loucura aquilo ali.”

Dois meses antes, no fim de agosto, Lessa tinha prestado depoimento sobre o caso no Supremo Tribunal Federal (STF) e já havia dado detalhes sobre a primeira encomenda. Contou que tirou da cabeça de Macalé a ideia de me matar. “Ele queria dar uma pancada no PSOL, fica claro quando encomenda a cabeça do Marcelo Freixo”, afirmou, para depois explicar o raciocínio que teria justificado a mudança nos planos. “Se o Marcelo Freixo morresse ia abalar a estrutura... vai gerar problema mega e vai ser afronta contra segurança. É uma afronta.”²

Macalé levou a resistência do pistoleiro ao meu nome para os homens que tinham encomendado o crime. O plano do assassinato ficou esquecido por um tempo. Foi retomado alguns meses depois, com o nome de uma nova vítima, cuja morte, eles deviam imaginar, não chamaria tanto a atenção da opinião pública.

De volta à fala de Lessa no julgamento: “Então, quando chegou no finalzinho de agosto, setembro mais ou menos, ele veio novamente falar sobre o assunto: vai dar. Daí surgiu com essa proposta em relação à Marielle. Antes ele falou comigo sobre o assunto por alto, não falou o nome dela, não sei nem mesmo se ele sabia o nome dela, de quem se

tratava, mas ele já havia me adiantado o que seria a proposta. O que nós ganharíamos com isso”, ele disse ao promotor.

Muitas coisas passaram pela minha cabeça. Primeiro: era um crime político, cuja mensagem, no entendimento dos mandantes, podia ser dada com a minha morte ou com a dela. De acordo com Lessa, eu não morri porque tinha seguranças, porque o impacto político de minha morte podia levar a uma caçada policial que os mandaria para a prisão. Já Marielle, pelo que calcularam os assassinos, oferecia a vantagem de não ser tão conhecida e protegida. E, assim como eu, ela era do PSOL. Talvez eles imaginassem que o assassinato dela amedrontaria o partido. Quem sabe transmitisse para seus integrantes a mensagem de que não deveriam mexer com o interesse dos bandidos que vinham tomando o Rio de Janeiro de assalto.

Muitos ainda não a conheciam. Ela estava em seu primeiro ano como vereadora, depois de trabalhar uma década em meu gabinete de deputado estadual. Nasceu na Favela da Maré, era negra. Não andava com seguranças. O custo político de sua morte, na avaliação doentia de seus assassinos, seria baixo. O homicídio logo cairia no esquecimento, como ocorreu com outros casos, e funcionaria como uma demonstração de força dos milicianos. Não é fácil imaginar o que se passa pela mente de um assassino.

Eles não foram capazes, contudo, de prever que o brilho de Marielle iria viajar na velocidade da luz pelo mundo afora para cativar corações em todo o planeta, que se levantariam para pressionar as autoridades; esse crime não ficaria impune. A imagem carismática de Marielle se conectou com a alma dos brasileiros com uma força sem precedentes. A covardia havia ultrapassado um limite insuportável.

Estar pessoalmente no tribunal, ver o depoimento em tempo real, olhar nos olhos de Lessa, ainda que mediado pela tela de um computador, é bem diferente de saber dos fatos pelos jornais, pela internet ou por terceiros. Ouvir a entonação de sua voz, presenciar a maneira como contava as coisas, me deu a real dimensão de tudo o que estava em jogo.

No início, a frieza dele foi o que mais me incomodou. Os termos que usava, falando da encomenda do assassinato como se fosse um trabalho, tratando dos ganhos que teria em troca, me deixaram nauseado. Parecia que ele estava tratando de um serviço corriqueiro, em um ramo

de negócios qualquer. Como se tirar a vida de uma pessoa não fosse nada de mais.

Lessa, no entanto, não era um psicopata. Era outra coisa. Seu perfil é bem diferente do de um assassino em série insensível, que age conforme a realidade de um universo particular. Esse pistoleiro era um carioca ajustado ao seu mundo e a uma cultura em expansão. Estava longe de ser um pária. Só veio a ser abandonado pelo bando porque foi pego e passou a atrapalhar os negócios criminais. Antes disso, era celebrado e respeitado por seus pares e comparsas, o que tornava sua figura e seu depoimento ainda mais assustadores.

Mas o testemunho de Lessa estava só começando. Ele prosseguiu contando que compareceu à primeira reunião com os mandantes do crime sem saber quem morreria em seu lugar. Junto a Macalé, encontrou os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão. O primeiro era conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, com longa carreira política e amplo contato com líderes das milícias e da contravenção. O segundo tinha sido vereador na capital desde 2004 e fora eleito deputado federal em 2018, ano em que ocorreu o duplo assassinato. Mesmo sem saber o nome da vítima, Lessa já havia topado executar o crime porque Macalé tinha adiantado que eles ganhariam milhões.

O projeto era ambicioso. Os irmãos Brazão, segundo Lessa, ofereciam a ele e a Macalé sociedade em um empreendimento imobiliário no bairro do Tanque, nas imediações da rua Comandante Luís Souto. Seriam dois loteamentos, que receberiam os nomes de Medellín 1 e 2, cada um com quinhentos lotes, que deveriam ser comercializados ao preço de 100 mil reais cada. O primeiro loteamento ficaria com os irmãos; o segundo, com Lessa e Macalé, que ainda poderiam explorar os serviços locais a partir da criação de milícias, ampliando seus lucros com serviços de internet, gás, gatonet etc.

Só com a venda dos lotes, a negociação representava uma bolada de 25 milhões de reais, dinheiro que Lessa nunca tinha visto na vida. As condições para a viabilização do empreendimento já vinham ganhando forma nos trabalhos de Chiquinho Brazão na Câmara dos Vereadores do Rio. Em 2015, quando era presidente da Comissão de Assuntos Urbanos, ele trabalhou em favor de projetos que viraram leis e que tinham como objetivo flexibilizar e viabilizar a regularização dos parcelamentos

de solo e das edificações em bairros que sofriam forte influência das milícias na zona Oeste.

A mudança legal, contudo, não surtiu o efeito desejado. Os técnicos do município continuaram dificultando a regularização dos casos, por exemplo, exigindo comprovação da propriedade de terrenos ou negando a regularização em áreas de proteção ambiental. Em resposta, no ano seguinte, Chiquinho apresentou um projeto de lei complementar que flexibilizava ainda mais as exigências legais, urbanísticas e ambientais para loteamentos. O PSOL, como de costume, impôs resistência e quase conseguiu barrar sua aprovação, que ocorreu somente em novembro de 2017, com um único voto acima do quórum necessário.

Segundo Lessa, o nome de Marielle foi apresentado pelos irmãos Brazão nesse primeiro encontro, em setembro de 2017. “Eu não conhecia a Marielle, eu nunca tinha visto a foto dela”, disse ele durante o julgamento. No depoimento anterior, dado no STF, Lessa havia explicado que os irmãos Brazão tinham um funcionário infiltrado no PSOL. Essa pessoa teria informado que Marielle vinha tentando convencer a população a não aderir aos empreendimentos patrocinados por milicianos. “Ela teria reunido algumas lideranças comunitárias e nessas reuniões ela teria dado uma opinião para que ninguém mais aderisse a loteamentos feitos por milicianos. [...] Virou uma pedra no caminho.”

Mesmo tentando prestar atenção aos detalhes do depoimento, minha cabeça não parava, cheia de dúvidas. Sobre minha trajetória e a de Marielle, sobre Ronnie Lessa, sobre o Rio de Janeiro e o futuro da cidade que deixaremos para nossos filhos e netos. Será que a luta estava valendo a pena? Naquele momento eu não tinha uma resposta.

Em 2006, durante minha primeira campanha para o cargo de deputado estadual pelo PSOL, testemunhei a morte de meu irmão, Renato, assassinado por milicianos a poucos meses da eleição. Quase desisti da candidatura, mas acabei convencido a continuar no pleito e fui eleito na última vaga entre as setenta em disputa.

Minha primeira ação, no dia em que assumi o cargo de deputado, foi pedir a abertura de uma CPI para investigar as milícias. Meus colegas de Assembleia deram risada, desdenharam. Eles me consideraram ingênuo, um Dom Quixote a brigar com moinhos. Segundo os demais parlamentares ali presentes, eu não sabia como funcionava a Casa e o

que estava em jogo, não tinha a dimensão da influência dos que se articulavam para desviar recursos do Estado em benefício do poder político e econômico de seus grupos.

Um ano depois, contudo, as circunstâncias tinham mudado e a CPI foi instaurada. Assumir sua presidência foi um divisor de águas na minha trajetória política e também na minha vida pessoal.

Na condução dos trabalhos, tentei separar a morte do meu irmão das investigações sobre as milícias. Não queria ser acusado de agir motivado por vingança, alguém que usa sua posição na esfera pública para obter vantagens na vida privada. O crescimento daqueles grupos ia muito além das minhas dores: era a principal ameaça política para o Rio de Janeiro. Prendemos centenas de milicianos, a um custo pessoal enorme. Lidamos com ameaças de morte permanentes, que afetaram a minha vida e a da minha família.

A crise política no estado do Rio de Janeiro, contudo, mesmo depois da CPI e das prisões, continuou a deixar vítimas pelo caminho. Marielle, que trabalhou comigo durante dez anos, havia ganhado brilho próprio e estava pronta para voar e trilhar caminhos grandiosos. Nossa relação se estreitou ao longo da década em que estivemos juntos quase diariamente. Viramos grandes amigos. Eu compartilhava com ela minhas dúvidas sobre a vida, desabafava quando estava na fossa e a procurava para dividir os momentos felizes.

Primeiro conheci Anielle, a mesma que, em 2023, no terceiro mandato de Lula, se tornaria ministra da Igualdade Racial. Anielle tinha sido minha aluna de História no Ensino Médio. Depois de formada, ela foi para os Estados Unidos fazer faculdade, mestrado e jogar vôlei. Marielle, sua irmã mais velha, acabou se aproximando de mim durante minha campanha, como representante das organizações sociais da Maré. Depois que fui eleito, convidá-la para participar de meu mandato era uma das poucas certezas que eu tinha, tamanho o entusiasmo e o compromisso que ela demonstrara na luta por votos.

A trajetória de Marielle foi interrompida pelos grupos que enfrentamos ao longo dos meus mandatos e que, mesmo depois de tanta luta, pareciam fortalecidos. De que tinha valido tanto esforço? Por que a cidade continuava a produzir tantas figuras que defendiam valores como os de Ronnie Lessa? Quem estava no banco dos réus era o Rio de Janeiro.

Dentro do Tribunal do Júri naquela quarta-feira, foi inevitável não lembrar das reflexões feitas pela filósofa Hannah Arendt quando acompanhou o julgamento de Adolf Eichmann, o nazista acusado de ter organizado o transporte de milhões de judeus para campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Arendt assistiu a esse julgamento, em 1961, com o objetivo de escrever uma série de artigos para a revista *New Yorker*, que dariam origem ao livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Ela teve a oportunidade de ouvir as explicações de Eichmann, olhou em seus olhos, testemunhou a maneira como ele justificou suas ações, a emoção ou falta dela em suas falas.

O oficial nazista disse que nunca sentiu ódio dos judeus e que nunca desejou a morte de seres humanos. Segundo ele, sua culpa provinha da obediência, uma virtude sua que havia sido explorada pelos líderes nazistas. Eichmann disse não ser o monstro que pintavam, mas vítima de uma falácia. Afirmou que, na época dos fatos, não sabia o que estava fazendo a não ser por sua “extraordinária aplicação em obter progressos pessoais”.³ Tendo em mente sua carreira militar, as promoções que poderia obter cumprindo ordens, ele foi incapaz de se colocar no lugar do outro, mesmo durante o julgamento. É o que a filósofa chamaria, em seu livro, de “banalidade do mal”. “O problema com Eichmann é que muitos eram como ele e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais.”⁴

Essa normalidade apavorante foi o que mais me incomodou ao ouvir o depoimento de Ronnie Lessa. Vidas foram negociadas e eliminadas para fortalecer a elite armada que passou a comandar o estado. Muitos Lessas, Adrianos e derivados foram necessários para compor o quadro político atual do Rio de Janeiro, onde assassinatos, eleições e territórios se misturam tragicamente. Os valores, a responsabilidade coletiva, o caráter, a preocupação com o próximo, parecem ter sido substituídos pela moral do crime, em que as maiores virtudes de um ser humano são a disposição para o risco e o compromisso com a lei do silêncio, qualidades fundamentais para manter os ganhos nos negócios e se beneficiar da influência dos aliados.

O drama dessa degradação moral se tornou ainda mais evidente depois de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República e de Wilson Witzel para o Governo do estado do Rio de Janeiro.

Ganharam força os senhores da guerra, defensores das armas, apologistas da violência policial, que fragilizaram o controle das corporações e empurraram parte de seus quadros para as milícias e o crime. Pessoas que se enxergam numa selva e acreditam que a ambição descontrolada e a vontade de enriquecer são seu maior trunfo. Que acreditam no papel do homicídio como instrumento para garantir a ordem, a obediência e o poder, entrando em confronto aberto contra a própria população.

Depois de seis anos de espera, se por um lado eu sentia algum alívio ao ver os culpados do crime sendo julgados, por outro eu continuava profundamente preocupado. Se Lessa e todos os outros matadores não eram psicopatas para grande parte da sociedade, o que essa normalidade indicava? Talvez significasse que a maldade havia se tornado parte da rotina do Rio. Lessa era um dos sintomas de uma sociedade doente, que precisava urgentemente buscar a cura. Era preciso encontrar remédios capazes de salvar o Rio de Janeiro da normalidade do mal.

Outro ponto central foi confirmado no interrogatório de Lessa durante o julgamento: a conivência de policiais que deveriam investigar e punir os autores do duplo assassinato. Não se tratava de um problema isolado, do desvio de conduta de algumas laranjas podres; a situação era mais dramática. Havia um sistema viciado, que apodrecia as laranjas. Uma Divisão de Homicídios trabalhando a serviço do crime, com longa bagagem na dissimulação de culpas e no benefício dos aliados mais poderosos, capaz de sabotar o trabalho de investigadores e delegados que se empenhassem em desvendar os assassinatos politicamente mais sensíveis.

A prática estava tão consolidada que havia uma gíria no mundo do crime fluminense para definir o ato de produzir falsos culpados. “Embuchar” significa atribuir a autoria de um crime a alguém que não o cometeu para livrar a cara do verdadeiro autor. Quem quisesse continuar na divisão acabava tendo, em algum momento, que encarar esse dilema: trabalhar nos casos sem interferência externa, perdendo prestígio e espaço e sendo obrigado a se calar sobre os esquemas de impunidade, ou fazer parte da quadrilha e subir na carreira. Novamente, a banalidade do mal. Como, afinal, discordar desse sistema fraudulento ou se insurgir contra ele se os próprios chefes atuavam para garantir sua manutenção?

Mas garantir a impunidade e embuchar crimes sobre as costas de falsos culpados nunca foi uma tarefa simples. Envolve um trabalho de contrainformação, de manipulação da imprensa e da opinião pública, acordos que permanecem em sigilo e uma cumplicidade que atinge cargos elevados na estrutura de mando. Também era importante substituir os delegados que mostravam comprometimento real. Em seis anos, a delegacia de homicídios do Rio de Janeiro trocou de titular cinco vezes.⁵ O depoimento de Ronnie Lessa ajudou a visualizar um retrato mais amplo dessa cena. O duplo homicídio não teria ocorrido, segundo afirmou, sem a conivência do próprio chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa. Ele estava a par do planejamento do assassinato e, depois de sua execução, teria dado orientações para facilitar o desvio das investigações dos verdadeiros mandantes.

Segundo Lessa, Rivaldo já sabia do nome de Marielle antes mesmo do primeiro encontro que ele teve com os Brazão. O chefe da polícia teria feito uma exigência, que foi comunicada a Lessa por Domingos Brazão: a execução não poderia ocorrer nem na chegada nem na saída da vereadora da Câmara Municipal. Na avaliação do pistoleiro, seu objetivo era dar ao crime um caráter privado, afastar qualquer conotação política e evitar que a Polícia Federal fosse chamada. Brazão também explicou que havia uma lógica em combinar antes com o chefe da polícia: isso facilitaria a dissimulação e a obstrução das investigações. Nas palavras de Brazão, o acordo dele com Rivaldo era “pré-pago”, mais barato do que pagar um “arrego”, depois que a polícia tinha elucidado o caso. “O bote é mais caro, melhor acertar no pré-pago.”⁶

A acusação contra o delegado caiu como uma bomba entre nós, amigos e parentes de Marielle e Anderson. Foi a primeira pessoa que acionei na polícia quando recebi a informação de que Marielle tinha sofrido um atentado. Eu já o conhecia fazia anos. Rivaldo tinha sido subsecretário de Inteligência durante a gestão de José Maria Beltrame, entre 2008 e 2011. Em 2012, ele assumiu a Delegacia de Homicídios da Capital e se destacou na resolução de dois casos com grande repercussão na imprensa: o assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 2011, e o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza na Favela da Rocinha, em 2013. Nas duas ocorrências, policiais militares estavam envolvidos e foram presos.

Nessa época, eu era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio e tinha encontros frequentes com Rivaldo Barbosa para discutir a violência na cidade, muitos deles com a presença de Marielle. Em 2013, quando uma chacina deixou dez vítimas depois de uma operação do Batalhão de Operações Especiais (Bopê) no Complexo da Maré, Marielle ajudou os investigadores da Delegacia de Homicídios a entrar na favela para apurar o caso. Nós víamos Rivaldo como um delegado do diálogo, sempre aberto para conversar.

Apesar desse histórico, cinco anos depois, foram inegáveis os erros que quase inviabilizaram as investigações. A omissão no caso Marielle, mais uma vez, não era um comportamento isolado, uma perversão pessoal do delegado. Estava inserida em um negócio bem azeitado, que funcionava havia anos e que foi sendo revelado conforme as investigações avançavam. Dependia não só da omissão da polícia como do Ministério Público. A tampa do caldeirão de verdades só foi aberta em agosto de 2018, alguns meses depois do crime. Onde estavam o MP e a Delegacia de Homicídios durante tantos anos de assassinatos a soldo no Rio de Janeiro? A tolerância com desvios das investigações era uma das molas mestras da impunidade de assassinos contumazes.

O ingresso das promotoras Simone Sibílio e Letícia Emile deu novos rumos ao caso, em um momento importante. Havia gente querendo falar. Até mesmo criminosos vinham demonstrando impaciência com a situação, porque muitos estavam perdendo dinheiro. O segredo de polichinelo seria quebrado, e as notícias do submundo começariam a vir à tona. O Rio de Janeiro ficou conhecendo o Escritório do Crime, nome de um grupo formado por pistoleiros especializados, muitos deles oriundos dos quadros da própria polícia, que vinham matando mediante a contratação de uma nova geração dos bicheiros do Rio de Janeiro, que travavam disputas abertas e sangrentas pelo poder.

Soubemos o nome do líder desse grupo, o capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, ex-caveira, muito próximo da família Bolsonaro.⁷ Para funcionar, esses crimes dependiam da impunidade de seus autores, que era negociada a peso de ouro. Casos envolvendo os interesses desses grupos acabavam esquecidos nas gavetas da Divisão de Homicídios.⁸

A suspeita do envolvimento de Rivaldo com essa organização se aprofundou em maio de 2016, quando ele assumiu a diretoria da

Divisão de Homicídios e passou a comandar toda a máquina de investigação fluminense.⁹ Diversos assassinatos emblemáticos fizeram parte de uma lista de casos impunes. Um deles foi a execução de José Luis de Barros Lopes, conhecido como Zé Personal, morto em 2011 por três homens encapuzados dentro de um centro espírita na Praça Seca. Personal era casado com Shanna Garcia, uma das herdeiras de Waldomiro Paes Garcia, o Maninho.¹⁰ Ela disputava o espólio da família com sua irmã gêmea, Tamara Garcia, casada com o bicheiro Bernardo Belo. A rivalidade das duas foi mostrada na série *Vale o Escrito*, da Globoplay, em 2024.¹¹

A morte de Zé Personal ocorreu depois que ele demitiu o capitão Adriano, que fazia sua segurança pessoal. O ex-caveira acabou se aproximando de Bernardo Belo. Apesar de os personagens e a rivalidade serem bastante conhecidos no submundo carioca, as investigações não avançaram. O juiz Bruno Rulière, na sentença que condenou dois integrantes do Escritório do Crime, criticou a inoperância da investigação do homicídio de Personal: “Esse inquérito é marcado por inefetividade. Foi paralisado por anos em movimentos burocráticos entre a Divisão de Homicídios e a PIP (Promotoria de Investigação Penal). [...] passou longos períodos transitando entre gavetas da Divisão de Homicídios e do Ministério Público”.¹²

Mais quatro homicídios emblemáticos ocorreram depois de maio de 2016, envolvendo conflitos entre figuras poderosas da contravenção, que resultaram em investigações pífiás, travadas na burocracia da Divisão de Homicídios e do Ministério Público. Em maio de 2016, a vítima foi o ex-PM Geraldo Antonio Pereira, que era miliciano em Curicica, tinha se associado ao jogo do bicho e ganhava dinheiro com máquinas caça-níqueis. Pereira acabou se desentendendo com os parceiros e foi assassinado com dois tiros de fuzil na sede do Novo Rio Country Clube, no Recreio. Na mesma ocorrência, um policial civil, Hélio Machado da Conceição, o Helinho, que já tinha sido condenado em 2012 por envolvimento com a máfia dos caça-níqueis, foi ferido.^{13,14}

Em agosto do mesmo ano, Marcos Vieira de Souza, o Falcon, presidente da Portela, foi assassinado em seu comitê de campanha. Ele disputava uma vaga para vereador na cidade. Antes de assumir o comando da escola de samba, Falcon foi um dos policiais militares que hastearam

a bandeira do Brasil no topo do Complexo do Alemão depois da ocupação, em 2010.¹⁵

No ano seguinte, em junho de 2017, Haylton Escafura, filho do bicheiro José Caruzzo Escafura, o Piruinha, foi assassinado junto à namorada, uma policial militar, em uma suíte do hotel Transamérica, na Barra da Tijuca. Haylton vinha perdendo espaço na exploração de pontos de caça-níquel em Madureira, Cascadura e Pilares, o que causara desentendimentos com os arrendatários de suas máquinas.¹⁶

Na noite de 14 de março de 2018, a vítima foi Marcelo Diotti da Mata, ligado a milicianos e contraventores da zona Oeste do Rio, que tinha o capitão Adriano como um de seus principais desafetos. O crime ocorreu no estacionamento de um restaurante na Barra da Tijuca às 23h34, duas horas e 24 minutos depois dos tiros contra Marielle e Anderson.¹⁷

Em todos esses casos, segundo o magistrado Bruno Rulière, houve falhas grotescas nas investigações, que não chegaram a lugar nenhum enquanto estiveram sob a batuta de Rivaldo. “Uma análise, ainda que superficial, desses inquéritos [...], infelizmente, revela uma lamentável realidade (dura de se admitir, mas sabida por muitos): historicamente, os homicídios ligados às disputas da Contravenção, invariavelmente, não resultam em efetivas respostas estatais: rumam em via única destinada a uma deplorável impunidade institucionalizada”, escreveu o magistrado. Para depois completar: “O exame destes procedimentos permite inspirar particular questionamento sobre a adequação e regularidade na condução dos inquéritos policiais (inconclusivos), que são marcados por rotinas (não usuais para os casos não ligados à Máfia da contravenção) engessadas, despidas de profícuos atos apuratórios, com uma manifesta situação de letargia e omissão deliberada de alguns agentes e/ou autoridades públicas”.¹⁸

Entre os procedimentos citados pelo juiz para a obstrução das investigações estão “diligências inócuas”, “não realização de diligências que potencialmente podem contribuir com investigações”, “ausência de prosseguimento de investigações de linhas investigativas coerentes”, “repetição de atos apuratórios desnecessários” e “morosidade na prática de diligências”.¹⁹

O excesso de confiança na infalibilidade do esquema, que depois de tantos anos funcionava sem grandes questionamentos, submerso em

um esgoto distante da cidade real, acabou se tornando sua maior fragilidade. A repercussão do caso Marielle foi a primeira bomba para os planos dos assassinos e seus mandantes. Eles não podiam imaginar o que aquela vereadora representava no imaginário coletivo. Não compreendiam a moral do “outro mundo” do qual eles vinham se desligando. Pareciam perder de forma acelerada a noção da diferença entre bem e mal.

O choque pela morte de Marielle interrompeu, de algum modo, de maneira poucas vezes vista, a inércia de brutalidade e covardia no Rio de Janeiro. Os criminosos tentaram virar o jogo, mas foi justamente a tentativa de dar uma resposta à opinião pública e embuchar o duplo homicídio de Marielle e Anderson sobre falsos culpados que acabou atraindo os investigadores para seus nomes.

O esforço para criar uma farsa deu muito errado. Lessa contou em depoimento que, cerca de três semanas depois do crime, ele e Macalé voltaram a se reunir com os mandantes. Estavam todos muito preocupados com a dimensão das cobranças inesperadas, “a divulgação estratosférica”. Foi quando os irmãos tranquilizaram os dois executores, garantindo que “o Rivaldo já estava redirecionando e virando o canhão para outro lado”. Mais uma vez, o acordo “pré-pago” foi mencionado pelos mandantes, segundo os quais Rivaldo teria que resolver a situação. “Ele já recebeu desde o ano passado”, teriam dito.

Em abril de 2018, pouco mais de um mês depois do crime, a trama começou a ganhar forma e a se tornar pública. Uma advogada acompanhou o ex-policial militar Rodrigo Jorge Ferreira, o Ferreirinha, em seu depoimento espontâneo ao delegado federal Hélio Khristian. Na ocasião, Ferreirinha apontou o ex-policial e miliciano Orlando Curicica e o vereador Marcelo Siciliano como mandantes da morte de Marielle. Empenhados em incriminar Curicica e Siciliano, a advogada e seu cliente, que eram na verdade um casal, diziam ter provas sobre o que alegavam, e avisaram que voltariam à sede da Superintendência da PF no dia seguinte.

Dias depois, outros dois delegados e um jornalista testemunharam um novo encontro, que logo ganharia as páginas dos jornais. Rivaldo conseguiu uma sala do Círculo Militar da Praia Vermelha, obtida junto ao gabinete de intervenção federal, para oficializar o depoimento de Ferreirinha na Divisão de Homicídios.²⁰

Quando o barco parecia navegar no sentido desejado por Rivaldo, Lessa e os Brazão, o vento virou. A principal mudança viria no segundo semestre de 2018, quando as promotoras Letícia Emile e Simone Sibílio assumiram as investigações e tomaram a decisão de ouvir Orlando Curicica, que dava sinais de que desejava botar a boca no trombone.²¹ Ele já havia inclusive mandado cartas para jornais dizendo que queria falar e não era ouvido. Orlando percebeu que pagaria o pato por esse e outros homicídios, e falar a verdade seria seu seguro de vida. Mas ele não confiava em Rivaldo nem no delegado Ginton Lages. Os dois, além de dispensar seu depoimento, haviam mandado Curicica para o presídio federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

O miliciano tinha certeza de que o presídio federal definiria o seu fim, mas Letícia e Simone ouviram tudo o que ele tinha para dizer e foram atrás das provas. “A senhora sabe que vai ter que prender o chefe de polícia?”, perguntou Curicica, referindo-se a Rivaldo. Orlando afirmou que a corrupção na Divisão de Homicídios era “monstruosa” e que não havia ninguém lá dentro que acusasse a contravenção de assassinatos. Ele detalhou os pagamentos mensais a delegacias do Rio, alegando que a Divisão de Homicídios recebia de 60 a 80 mil reais.²²

Curicica não parou por aí. Ele falou também sobre o Escritório do Crime, dando os nomes de seus principais participantes. Foi a primeira menção a Ronnie Lessa, citado por ele como Perneta. O caldeirão de verdades estava fervendo, e a lama do submundo começava a transbordar. Investigações comprovariam as denúncias feitas por ele, levando à prisão de integrantes do Escritório do Crime por participarem dos homicídios de Escafura e Diotti. Não havia como voltar atrás. A Divisão de Homicídios estava perdendo o controle das narrativas e da investigação.

No fim das contas, ficou claro que, ao contrário do que fomos levados a acreditar, o assassinato de Marielle e Anderson esteve longe de ser um crime perfeito. Deixou diversos rastros, que não foram descobertos pelas falhas cometidas ou pelo desinteresse na investigação. A incapacidade de obter imagens para identificar o trajeto do Cobalt prata é um exemplo. Os matadores não tinham um plano estratégico de fuga; foi tudo improvisado. Nada havia sido combinado previamente para evitar câmeras ou identificações. No caminho, Lessa pulou para o banco da frente do carro, tirou o casaco e a balaclava. Élcio estacionou nos

arredores da casa da mãe de Lessa, em frente a um salão de festas, e os dois saíram do carro com a arma do crime dentro de uma sacola. Ronnie entregou o armamento na sacola para o irmão, que o manteve guardado em casa ao longo da semana. Os dois assassinos pediram um táxi, que os levou até o condomínio Vivendas da Barra, onde Lessa morava. De lá, eles foram para o Bar Resenha.

O trajeto de fuga daria informações decisivas para a identificação dos autores do crime, mas as imagens das câmeras de rua – ou circuitos fechados de televisão (CFTVs) – não foram coletadas. Como resultado, do caminho percorrido pelos matadores, a polícia conheceu somente 450 metros depois do local dos fatos. No caso do assassinato do contraventor Fernando Iggnácio, ocorrido no Rio de Janeiro em dezembro de 2020, o delegado do caso, Moysés Santana, conseguiu refazer o trajeto de fuga de quarenta quilômetros para identificar os matadores.

Além da falta de planejamento dos assassinos, a rede de participantes e cúmplices não era tão restrita quanto se imaginava. Na noite e na madrugada do crime, Lessa e Élcio ainda foram encontrar um parceiro, o ex-bombeiro e miliciano Maxwell Simões Corrêa, o Suel, no Bar Resenha, na Barra da Tijuca. Suel estava com a esposa.

Enquanto bebiam, a adrenalina aumentou conforme as notícias sobre o duplo homicídio começavam a repercutir na imprensa. Um garçom do bar foi o primeiro a contar o que ouvira na tevê: duas pessoas tinham sido assassinadas no centro. Uma vereadora e seu motorista. Só então os assassinos souberam que Anderson também tinha sido atingido.

Suel estava com eles no bar porque era cúmplice do grupo. Tinha sido o responsável por adquirir o Cobalt prata clonado, que pertencia a um miliciano já falecido, apelidado de Hamburgão.²³ O carro tinha sido oferecido a ele por Otacílio Dias Júnior, o Hulkinho. Dentro do bar, Élcio conseguiu puxar Suel de lado e pedir ajuda para dar fim no carro. Suel topou e pôs mais um prestador de serviços na rede: Edmilson Orelha,²⁴ dono de um ferro-velho e de oficinas de desmanche em Rocha Miranda, muito conhecido na cena do crime.²⁵

Dois dias depois, o trio pegou o carro nos arredores da casa da mãe de Lessa e levou para a casa de Élcio. Trocaram as placas do Cobalt e colocaram nele um pequeno adesivo da Apple, mero detalhe para diferenciar das imagens anteriores do veículo e fugir dos radares. Eles

entregaram o carro para Orelha em Rocha Miranda, que o encaminhou para o desmanche. Era uma estrutura de serviços conhecida e usada por policiais e ex-policiais, que não era incomodada por fazer parte da engrenagem que gerava receita para as próprias unidades policiais encarregadas de investigá-los.²⁶

A escolha da arma do crime, como contou Lessa, também não foi estratégica. Macalé ficou encarregado de fornecer o equipamento. A única exigência era que não fosse um revólver, mas uma pistola. A submetralhadora HK MP5 chegou em meados de setembro de 2017, para surpresa e felicidade de Lessa, que já conhecia o armamento por tê-lo usado quando atuava no Bope. Lessa tinha, inclusive, uma réplica dessa arma em casa, calibre 22.

Sendo um CAC (caçador, atirador e colecionador), ele tinha registro para acumular um arsenal pessoal. Ainda possuía diversos acessórios para a submetralhadora, como uma mira e um silenciador. Segundo declarou na delação, o armamento veio de Rio das Pedras, adquirido por Robson Calixto, conhecido como Peixe, e Marcus Vinícius Reis dos Santos, o Fininho, ambos ligados a Domingos Brazão.²⁷

Peixe, que fora assessor pessoal de Brazão na Assembleia e no Tribunal de Contas, além de providenciar a arma, foi o responsável por intermediar os encontros dos irmãos com os futuros matadores. A submetralhadora, por sinal, não tinha o número de série raspado e deveria ser devolvida depois do crime porque havia sido desviada de um paiol das forças de segurança. No entanto, apesar dos esforços posteriores para localizá-la, a arma não foi encontrada.

Outro nome importante que, segundo Lessa, sabia dos planos para a realização do crime era o major Ronald Paulo Alves Pereira, famoso dentro e fora do submundo. Esse policial tinha uma longa trajetória de truculência e de crimes no Rio, com ou sem farda. Em 2003, ele foi acusado de fazer uma chacina em frente a uma casa de shows, matando quatro jovens.²⁸ No ano seguinte, assim como tinha ocorrido com o capitão Adriano, ele foi homenageado com a Medalha Tiradentes pelo então deputado Flávio Bolsonaro.²⁹

No decorrer dos anos, Ronald se tornou um empreiteiro de mão cheia a serviço da milícia. Ele era responsável pela construção de prédios ilegais em Muzema e em Rio das Pedras, atuando em sociedade com o

capitão Adriano, como mostrou a operação Intocáveis, que o prendeu em 2019 e causou a fuga de Adriano para a Bahia. Nesse mesmo ano, dois dos prédios construídos por eles desabaram, causando a morte de 24 pessoas.³⁰

O major Ronald seria o responsável pela infraestrutura dos condomínios Medellín 1 e 2, dos irmãos Brazão e de Macalé e Lessa. Ainda havia muita coisa a ser preparada. Era preciso fazer a contenção de encostas do terreno, que estavam ameaçadas de erosão, e também providenciar ruas, calçadas e esgoto para elevar o padrão e o preço dos lotes. O capricho buscava evitar o aspecto de informalidade de Muzema e Rio das Pedras. O pagamento ao empreiteiro seria feito em lotes.

Durante as mais de duas horas de depoimento de Lessa, as peças do quebra-cabeças estavam se encaixando. Apesar da dificuldade em cravar que aquela era a versão definitiva dos acontecimentos, dúvidas que nos assombraram durante tantos anos finalmente estavam sendo respondidas. Um peso saía das nossas costas depois de tanto tempo no escuro.

Mas não posso dizer que estava aliviado. Ouvir tudo aquilo era, sobretudo, motivo de angústia e tristeza, porque não fazia parte de um passado distante. Organizações como aquela continuavam a exercer influência e ameaçavam o futuro do Rio de Janeiro, dos meus filhos, dos meus netos e de todos os fluminenses. Lessa, afinal, não era um louco. Ele era ambicioso, gostava de dinheiro e queria se sentir poderoso, a ponto de topiar assassinar gente que não conhecia. Ele surgiu em um contexto em que o assassinato passou a ser celebrado como um instrumento capaz de produzir um tipo de ordem na cidade que beneficiava justamente os poderosos dispostos a matar.

Essa mentalidade começou a se formar timidamente, ao longo do rápido processo de urbanização do Rio de Janeiro, ainda nos anos 1950, pela estreita relação entre policiais, militares e bicheiros. A cidade ainda era a capital federal quando alguns desses homens se juntaram para vender a si mesmos como os protetores armados da cidade. O medo da população, acuada pelo crescimento desordenado das favelas e comunidades, serviu para respaldar o início do ciclo de ações violentas.

Nos anos 1960, os grupos paramilitares formaram a base dos esquadrões da morte e dos grupos de extermínio, que chegaram a formar uma irmandade batizada de Scuderie Le Cocq.³¹ A situação se deteriorou nos

anos 1980, quando alguns desses jovens moradores dos morros e favelas, que eram tratados como inimigos da cidade, se dispuseram a entrar nessa guerra. Facções como Comando Vermelho e Terceiro Comando, autofinanciadas pelo lucrativo mercado das drogas, passaram a arregimentar seus aliados. Foi nesse momento que a violência e os homicídios dispararam.

O cotidiano do estado passou a acontecer no entorno desses grupos armados e de seus interesses criminais. De um lado estão os vendedores de drogas, que ao longo das décadas disputam território e mercado com grupos rivais, promovendo uma corrida armamentista nos morros e protagonizando confrontos cada vez mais letais. De outro lado, a aliança de policiais e bicheiros aprende a faturar com o crime descontrolado, ganhando poder e dinheiro por meio de extorsões, chantagens, venda de armas e drogas apreendidas. De tão cotidianas, essas práticas entraram no vocabulário da segurança pública fluminense, em termos como “arrego” (acordo feito por meio de propina), “mineira” (nome dado a grupos de extermínio; também faz referência à mineração, já que os policiais encontravam “pedras preciosas” – criminosos com dinheiro – para extorquir em troca da liberdade ou da vida), “espólio de guerra” (bens que são apreendidos informalmente e ilegalmente em operações policiais) e “embuchar”.

As milícias, instituição *made in Rio* sobre a qual vamos falar ao longo do livro, foram uma etapa desse longo processo de acumulação de violência. A profunda desordem, com o passar do tempo, oferecia poder político e econômico aos que ajudassem a manter a situação ao gosto do poder paralelo. Os fuzis dos grupos armados, ao mesmo tempo que produziam caos e medo, causavam clamor por um arremedo de ordem, que muitos associavam com a brutalidade e a violência praticadas por esses mesmos grupos. Tivemos que aprender a sobreviver nesse ciclo da guerra, que só deixa destruição pelo caminho.

Ronnie Lessa é um personagem dessa história, cria do caldo cultural autodestrutivo formado nos conflitos vazios entre grupos criminosos sem projetos políticos ou causas coletivas. Antes de entrar na polícia, ele tinha a carteirinha número 3127 da Scuderie Le Cocq, a irmandade de exterminadores.³² Seduzido pela ideia da guerra, em 1993, dois anos depois de ingressar na corporação, entrou para o Bope como voluntário.

Nessa época, aprendeu a usar a submetralhadora HK MP5. Foi lá que conheceu o capitão Claudio Luiz, que comandava o Bope e depois o chamou para fazer parte da Patamo 500, em que atuou entre 1997 e 2003.³³ A missão de “exterminar bandidos” continuou durante toda a sua carreira, o que acabou lhe proporcionando vantagens financeiras.

Patamo é a abreviação de Patrulhamento Tático Móvel. A 500 tinha a responsabilidade de guarnecer mais de vinte favelas da cidade, incluindo três complexos de comunidades – Chapadão, Pedreira e Serriinha – que contavam com a presença de três facções diferentes em constante conflito.

A carreira de Lessa na Patamo 500 teve evolução meteórica. Em dois anos, ele saltou da patente mais baixa de soldado ao posto de sargento, recebendo adicionais em seu salário por causa das chamadas “gratificações faroeste”, excrescência que garantia aumentos a policiais envolvidos em ocorrências com morte. Nada mal para alguém que já entrou na corporação acreditando que o assassinato de criminosos era a solução para o Rio. Em cinco anos, Lessa, Claudio Luiz e seus colegas da Patamo 500 participaram de ocorrências que causaram 23 mortes, algumas delas com indícios de execução, mas em nenhuma delas os agentes foram punidos.³⁴

A partir de 2003, conforme os membros da Patamo 500 foram sendo promovidos, o grupo se desfez. A escola de violência, contudo, forjou a mentalidade que iria empurrar os policiais para as quadrilhas cariocas. Ao longo de duas décadas, todos os seus integrantes foram presos ou mortos em assassinatos suspeitos.³⁵ Em 2006, o sargento Guilherme Tell Mega foi acusado de ligação com traficantes. Antes de entrar na Patamo, em 1994, Mega já havia sido acusado de participar da chacina da Nova Brasília, no Complexo do Alemão, que deixou treze vítimas.³⁶ Em 2011, os sargentos Floriano Evangelista, conhecido como Xexa, e Roberto Luiz de Oliveira Dias, o Beto, foram presos pela operação Guilhotina acusados de revender a criminosos armas apreendidas em operações, nos chamados “espólios de guerra”. Parte desse espólio foi obtido depois da famosa e cinematográfica ocupação do Complexo do Alemão em 2010. Na época, a sanha dos policiais para se apropriar do espólio do tráfico era tamanha que o morro ganhou o apelido de “Serra Pelada”. Já o comandante da Patamo, Claudio Luiz Silva de

Oliveira, foi preso em 2011 acusado de ser o mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, considerada linha-dura contra ação de policiais envolvidos em execuções na região de São Gonçalo.³⁷

Lessa se formou nessa escola do crime, assim como muitos de seus colegas. Em outubro de 2009, sofreu um atentado a bomba enquanto dirigia seu carro blindado. O explosivo foi acionado por um celular e ele acabou perdendo a perna esquerda no atentado. Na época trabalhava como segurança do bicheiro Rogério Andrade, envolvido em um conflito feroz com seu cunhado Fernando Iggnácio pelo espólio de Castor de Andrade. Após o atentado, Lessa passou a usar uma prótese na perna e continuou a faturar com sua expertise em matar sem deixar rastros e sua influência para sabotar as investigações dos crimes que praticava. Tirar a vida de Marielle foi apenas mais uma encomenda em sua carreira sanguinária e cruel a serviço desse Rio de Janeiro.

No segundo dia de julgamento, Lessa recebeu a condenação a 78 anos, 9 meses e 30 dias; Élcio, a 59 anos, 8 meses e 10 dias. Uma mistura de razão e emoção me atingiu num fluxo intenso: flashes de lembranças dos fatos, a busca de conexões entre eles, sensações de saudade, amor, raiva, tristeza, alívio. Tudo transformado em lágrimas, que pareciam sair tentando dar ao corpo um ponto de equilíbrio. O choro se intensificou quando ouvi as palavras da juíza Lucia Glioche, que dialogavam com o que eu sentia naquele momento.

[...] A sentença que será lida, agora, talvez não traga aquilo que se espera da Justiça. Talvez justiça que tanto se falou aqui fosse que o dia de hoje jamais tivesse ocorrido. Talvez justiça fosse Marielle e Anderson presentes. Como se justiça tivesse o condão de trazer o morto de volta. Então dizemos que vítimas do crime de homicídio são aqueles que ficam vivos, precisando sobreviver no esgoto que é o vazio de permanecer vivo sem a vida daquele que foi arrancado do seu cotidiano. A sentença não serve para tranquilizar as vítimas, que são Marinete, mãe de Marielle; Anielle, irmã de Marielle; Monica, esposa de Marielle; Luyara, filha de Marielle; Ágatha, esposa de Anderson, e Arthur, filho de Anderson. [...] A sentença que será dada agora talvez também não responda à pergunta que ecoou pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo: Quem matou Marielle e Anderson? [...] Talvez ela não

responda aos questionamentos dos 46.502 eleitores cariocas que fizeram de Marielle Franco a 5ª vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016 – e que tiveram seu direito de representação ceifado no dia 14 de março de 2018. Todavia, a sentença que será lida agora se dirige aos acusados aqui presentes. E mais: ela se dirige aos vários Ronnies e vários Élcios que existem na cidade do Rio de Janeiro – livres por aí.³⁸

A juíza finalizou a leitura com uma fala que carregava uma ponta de esperança nas instituições: “A Justiça por vezes é lenta, é cega, é burra, é injusta, é errada, é torta, mas ela chega”.³⁹

Chegou parcialmente para nós, familiares e amigos que sofremos diretamente com o crime, embora faltasse ainda a punição dos mandantes. Mas a Justiça, qualquer brasileiro sabe, não chega para muitos, como lembrou seu Toninho, pai de Marielle, depois de lida a sentença, enquanto abraçava os familiares e agradecia a garra da esposa, da neta e da filha na luta para punir os culpados. Mesmo quando chega, a Justiça não é suficiente para estancar o mal. Porque a solução vai além da polícia e da justiça. Precisa ser política.

“Quantos ainda vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, foi o brado deixado por Marielle às vésperas de sua morte. Seria necessário continuar na articulação da resistência, costurar apoio para alcançar um armistício, em um esforço diplomático que interrompesse a covardia dos homens armados que aterrorizam o Rio. Enquanto eu conseguir, mesmo sem ela entre nós, pretendo ser uma das pedras no caminho para os lucros bilionários gerados por essa guerra no Rio, estado que merece e pode muito mais.